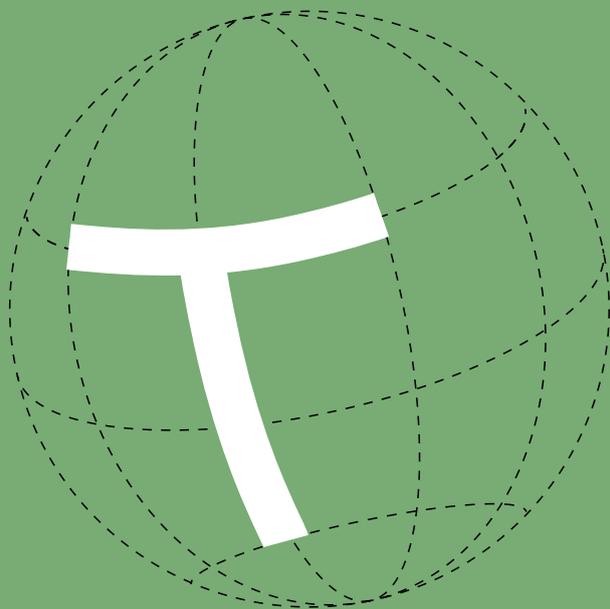


TERRITÓRIOS EM CONFLITO **5**

CONSTRUINDO PODER POLÍTICO
APRENDIZAGENS DOS
TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Jokin Alberdi Bidaguren



Este material foi extraído da publicação digital *Territórios em conflito. Chaves para a construção de alternativas de vida*, da coleção Rede Gernika.

© Jokin Alberdi, Isabel Casimiro, Teresa Cunha, Alfonso Dubois, Gonzalo Fernández, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga, María Oianguren e Luísa de Pinho Valle, 2019

© Associação de Investigação pela Paz Gernika Gogoratuz, 2019
Artekalea, 1-1.º • 48300 Gernika-Lumo
Tel.: 946 25 35 58
Correio eletrónico: info@gernikagogoratuz.org
<http://www.gernikagogoratuz.org>

5

CONSTRUINDO PODER POLÍTICO APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Jokin Alberdi Bidaguren

Jokin Alberdi Bidaguren é doutor em Ciências Políticas pela Universidade do País Basco (UPV/EHU), e professor de Direito Constitucional e Direito da União Europeia na referida universidade. Responsável do projeto de investigação internacional «Territórios em conflito» e presidente da Associação Gernika Gogoratz. É membro de AIPAZ (Associação Espanhola para a Investigação para a Paz) e do Grupo de Investigação de Desenvolvimento Humano Local e Segurança Humana do instituto Hegoa (UPV/EHU), e colabora com o Grupo de Estudos Africanos da Universidade Autónoma de Madrid (GEA/UAM). É autor de várias publicações e participa em vários másters e formações em matérias relacionadas com a economia política, a democracia, os direitos humanos, a construção da paz, as políticas migratórias, o desenvolvimento e a cooperação internacional e temas africanos.

Face aos problemas e desafios que representam o capitalismo global, o poder corporativo e os planos desenvolvimentistas e extrativistas, este capítulo fornece as principais medidas sobre como ativar a ação e as capacidades políticas para a transformação nos territórios concretos. Para além das formas hegemónicas de poder, nos territórios existem muitas práticas democráticas que oferecem resistência ao modelo de desenvolvimento dominante.

Nas páginas seguintes, pretendemos explorar os elementos de análise que permitam tirar partido dessas práticas democráticas que, face à lógica do Mercado, estão a fortalecer os sujeitos políticos individuais e coletivos para construir alternativas de vida. Interessa explorar como existem grupos humanos que se atrevem a conhecer e a raciocinar publicamente fazendo-lhes frente ao medo e às ordens delineadas pelas elites que nos dirigem (Garcés, 2019). Tudo isto sem perder de vista que, para além deste aspeto local/comunitário sobre o qual investigamos, são extremamente relevantes as decisões e relações de poder que se produzem noutras escalas de governança, por encima (estatal, supranacional, mundial, corporativa...) e por debaixo (família, lar, clan...).

Na primeira parte, com base numa perspetiva crítica serão revistos diferentes elementos vinculados às relações de poder e o território. Sem excluir os principais debates internacionais e estatais sobre a democracia, a participação e a governança, nestes artigos será valorizada a importância de prestar mais atenção à participação e ao empoderamento na escala local, às capacidades políticas coletivas, à participação dos setores excluídos e às novas formas de se relacionarem entre os diversos atores do território.

Na segunda parte, após uma breve análise crítica dos quadros territoriais de análise da economia política e da construção da paz mais relevantes, propomos avançar a partir das aprendizagens dos sujeitos políticos que questionam as desigualdades de poder do sistema político-económico de desenvolvimentista-capitalista, com o objetivo de ir

construindo abordagens metodológicas mais abertas, que contribuam para o reforço destes processos coletivos locais e para a construção de novas narrativas baseadas na justiça, na convivência e no bem-estar coletivo.

PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO: UMA REVISÃO CRÍTICA DA DEMOCRACIA, DA PARTICIPAÇÃO E DA GOVERNAÇÃO NO SÉCULO XXI

As relações políticas, as maneiras de entender o Estado, a democracia e a participação sofreram alterações profundas, tanto a nível macro como a nível micro, nesta transição entre o século XX e o século XXI.

■ A democracia, a participação e o interesse pelos assuntos públicos a partir de uma perspetiva macro

A partir de uma perspetiva macro, a democracia, a participação e o interesse pelos assuntos públicos estão a retroceder nesta etapa de contrarreforma económica, jurídica e política da globalização neoliberal. Após quatro décadas de políticas de privatização do Estado, de desregulação dos mercados internos, de abertura ao capital transnacional e de recortes sociais, a ideia de que não pode existir democracia sem capitalismo permanece extendida em grande parte das elites e das sociedades modernas. Após a queda do muro, esse «pensamento único» que propugnava a retirada do Estado, para que a «mão invisível» do mercado promovesse a suficiente riqueza para o conjunto da humanidade, foi apresentado como a única alternativa possível. Fukuyama, nos anos noventa, anunciou o «fim da história» e o triunfo da democracia liberal sobre o totalitarismo; em suma, afirmava-se que este capitalismo «democrático» num estilo marcadamente neoliberal, era a única alternativa possível após a dissolução do Bloco de Leste.

Triunfou a ideia de «poliarquia» de Dahl segundo a qual, a democracia liberal, pluralista e competitiva é suficiente, desde que garanta um mecanismo de eleição do qual umas elites qualificadas apresentem ao eleitorado alternativas atraentes e funcionais, enquanto que as concepções mais normativas da democracia não se entendiam como necessárias. A crítica a esta ideia dominante da democracia e dos direitos humanos vinha de determinados setores

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

acadêmicos que destacavam a sua incapacidade e esgotamento em promover a paz, a justiça e a equidade,¹ e alegavam que, em seu nome, pessoas, culturas, territórios e formas de vida estavam a ser destruídas (Santos, 2014).

Infelizmente, o discurso da inevitabilidade e funcionalidade deste sistema e dos valores neoliberais da competitividade, do consumismo e do individualismo, foi suficiente para estender a apatia face à política, e à necessária submissão social para continuar a garantir a acumulação capitalista. Esta despolíticação teve o seu reflexo na crise dos partidos políticos e do sindicalismo, e no retrocesso do ativismo social e político, permitindo que as oligarquias liberais e as grandes corporações assimilassem as elites políticas eleitas «democraticamente» pela cidadania, para que legislassem e tomassem decisões a favor dos seus interesses.

Paralelamente, estes poderes hegemónicos, com a motivação de ampliar os seus mercados, optaram por certos acordos e regras neocoloniais de livre mercado que obrigavam os países empobrecidos a subordinar e a reprimarizar as suas economias, impedindo-lhes de consolidar sistemas fiscais e políticas sociais que pudessem melhorar as condições de vida das suas populações. A estes governos, as instituições financeiras internacionais recomendavam-lhes aplicar as receitas do neoliberalismo económico assim como o melhoramento das suas instituições para facilitar a segurança das inversões estrangeiras, garantindo-lhes que, desta forma, ficaria assegurada a inserção dos seus países na economia mundial e no seu crescimento económico.

1. Face a essas ideias que destacam a democracia procedimental, o Estado de direito, a eficácia governamental e a luta contra a corrupção, resumidos no conceito de poliarquia de Dahl, destacar a ideia de triplo valor da democracia a partir da abordagem de capacidades (Sen, 2009: 77-91; Deneulin, 2009:191-196). Para além de uma ideia de democracia mais participativa, onde a democracia é um valor associado à dignidade humana que a torna desejável em si mesma e que respeita os procedimentos para satisfazer as capacidades de participação que possam ter as pessoas que vivem em diferentes contextos e tradições culturais, assinalam-se outras duas dimensões. Um segundo valor instrumental da democracia, que põe ênfase na inclusão dos grupos que estão marginalizados pelo poder e pelas decisões políticas, e que consiste na ideia de que sem direitos económicos e sociais não existe igualdade política. E um terceiro valor relacionado com a dimensão construtiva da democracia, na qual se concebe como um sistema de valores que serve de base para fixar as prioridades políticas de cada sociedade e grupo humano.

A este modelo económico que renunciava à igualdade socio-económica e aos princípios do Estado Social ajustava-se-lhe um traje democrático à medida, com pretensão universal e que se propunha aos países empobrecidos, como modelo político a seguir. Foi a fracassada estratégia aplicada nesta era da pós-guerra fria: a realização de eleições periódicas, umas garantias mínimas dos direitos cívicos e políticos, a capacidade dos governos para articular quadros de regulação suficientes para um bom funcionamento dos mercados, e um programa de luta contra a corrupção e a pobreza. Esta visão ortodoxa da relação entre instituições e desenvolvimento económico foi extremamente criticada pelos diferentes setores que questionaram a sua validade e universalidade.² Este tipo de maquilhagem democrática não foi suficiente para camuflar a natureza totalitária do capitalismo, que, enquanto viu ameaçadas às suas inversões e benefícios, não hesitou em abandonar o seu lado mais humano, e apoiar-se nos populismos ultranacionalistas e de extrema direita para conseguir os seus objetivos.

A alíneação, o desinteresse e a desafeição das pessoas pela política continua a aumentar no século XXI, onde os negócios continuam a evoluir e os direitos humanos e a democracia a retrocederem. Excecetuando alguns episódios destitutivos e de aprofundamento democrático protagonizados por processos constituintes e governos progressistas na América Latina, a primavera árabe e os movimentos de indignação cidadã na Europa (Pisarello, 2014), a fascitização social e política está a generalizar-se (Zirek, 2016). O autoritarismo chinês e russo exten-

2. Nos anos noventa, as explicações do neoinstitucionalismo destacavam que a má articulação entre as instituições de uma sociedade dificultava o desenvolvimento económico. A relação entre desenvolvimento, democracia liberal e correta governação converteu-se no objetivo das políticas neoliberais, o que supôs que a comunidade internacional se concentrasse na construção de capacidades técnicas, administrativas e de gestão das instituições estatais para que estas garantissem o bom funcionamento dos mercados. A partir de setores críticos a este neoinstitucionalismo (Ha-Joon, 2006) e pós-coloniais (López Castellano, 2012) fomos insistindo que estes modelos econométricos e quadros de interpretação, tanto não serviram para explicar devidamente as transformações institucionais que estavam a decorrer, como também não tiveram em consideração outras elementos-chave explicativos importantes como o neocolonialismo e a instrumentalização política de estados e governos frágeis, através da corrupção e a violência, e a pouca consideração da capacidade redistribuidora das instituições não formais.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

dem a sua influência por países asiáticos, africanos e de Europa este. Líderes e governos ultradireitas não hesitam em utilizar as notícias falsas e outros meios indiretos para desestabilizar as desorientadas democracias ocidentais. O triunfo de Trump nos Estados Unidos, de Bolsonaro no Brasil, a decisão britânica de abandonar a União Europeia após o referéndum sobre o *brexil*, a perseguição neoimperialista contra governos progressistas latinoamericanos ou a crescente presença da ultradireita na União Europeia, são sinais deste retrocesso democrático.

Neste *impasse* hesitante entre as estratégias de globalização de mercados ou o regresso a formas de protecionismo, as elites económicas banalizam a democracia, não a considerando necessária ou inclusive sacrificando-a para promover o capitalismo. Perante esta reconfiguração das estruturas patriarcais, capitalistas e coloniais, que tendem a perpetuar a sua dominação e a anular aquelas/es que a questionam, apenas resta lutar para construir alternativas ao questionado capitalismo «democrático» com «cara humana» e ao novo populismo autoritário *trumpiano* ou da *alt-right* que tenta substituí-lo.

■ Às relações de poder e aos processos de participação a partir de uma perspectiva micro

A partir de uma perspectiva micro, é fundamental a atenção às relações de poder e aos processos de participação e tomada de decisões que se produzem nas escalas locais, comunitárias e do habitat. Infelizmente, o desinteresse cidadão comentado, e a marginalidade dos interesses sociais neste contexto neoliberal dominado pelas relações entre o Mercado e o Estado, afastaram a investigação e a análise destes processos políticos nas escalas sub-estatais. A assimetria das relações de poder e a tomada de decisões nos níveis local, municipal, comunitário ou familiar representaram pouco espaço nos debates sobre a democracia e a participação, quando contribuem em grande medida para compreender estes processos quotidianos que determinam a vida das pessoas e os grupos humanos.

A partir do pensamento neoliberal foram-se consolidando novas categorias como o capital social, o empoderamento individual, a governança local, as quais serviram para enfatizar a instrumentalização da dimensão participativa nos processos locais de desenvolvimento. O empoderamento das mulheres ou a participação comunitária não foram analisados como fins em si mesmos, mas como meios orientados

a conseguir melhores resultados e uma maior eficiência nas medidas políticas promovidas pelas autoridades locais ou nos projetos promovidos pela cooperação internacional. A dimensão coletiva e as iniciativas participativas que defendem direitos e unem as pessoas frente a uns objetivos comuns serão ultrapassadas por uma visão neoliberal do empoderamento, limitada à recuperação da autoestima e da legitimidade de cada indivíduo para atuar naquelas decisões que, exclusivamente, afetam as suas vidas pessoais.

A participação e o empoderamento foram-se domesticando, institucionalizando no formal, deixando de representar uma ameaça para os poderes públicos e as elites económicas, uma vez que se limitam a alcançar a autosuficiência individual e uma menor dependência da prestação de serviços do Estado, num contexto de políticas de austeridade no qual os poderes públicos necessitam de transferir parte dos gastos das iniciativas aos setores populares. Esta participação e o empoderamento dos setores tradicionalmente excluídos identificam-se como nominal, formal, burocrática, gerencial, em suma, um mero intercâmbio de informação e consultas sem nenhum valor acrescentado, ou, no máximo, são processos concebidos como meios para conseguir um resultado a baixo custo, ou como práticas que unicamente pretendem conferir uma aparente legitimidade a decisões previamente tomadas por quem possui o poder real.³

Apesar de insuficiente, podemos verificar uma certa correção destes pontos de vista nos últimos anos, no momento em que algumas autoridades locais e agentes de cooperação internacional, no esforço responsável de fornecer serviços de forma cada vez mais efetiva e de cumprir com os objetivos dos programas de desenvolvimento (Agenda 2030, planos de luta contra a pobreza...), mostraram-se mais receptivas perante as aspirações comunitárias, possibilitando outros métodos de participação, como por exemplo os orçamentos participativos, e melhorando algumas capacidades técnicas, administrativas e gerenciais destes atores

3. Infelizmente, a participação continua a ser concebida instrumentalmente como um meio para conseguir um resultado a baixo custo, enquanto que a sua dimensão representativa e normativa ficam limitadas a um segundo plano. Não interessa que a população manifeste os seus interesses e, menos ainda, que a participação seja um fim em si mesmo para a emancipação (White, 2001). A participação cidadã direta na gestão e tomada de decisões (Alguacil, 2005) ou a concertação, co-gestão ou co-produção de serviços entre autoridades públicas e lideranças comunitárias (Colino e Pino, 2008) não interessam aos setores poderosos.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

comunitários. Contudo, após estes novos planos de desenvolvimento local e apoio comunitário, continua a ocultar-se uma lógica de participação e empoderamento que atribui à comunidade internacional, aos governos e às ONG um papel de salvadores perpetuando a vitimização das populações locais.

No compromisso de conseguir umas práticas mais democráticas nos territórios e construir sujeitos políticos que proponham alternativas de vida, torna-se fundamental reforçar os empoderamentos coletivos e a participação emancipadora, concebidas como fins em si mesmos. É preciso lutar para que a participação seja mais representativa, mais deliberativa, de mais relacional e mais direta na gestão e na tomada de decisões. Resumindo, o essencial é o carácter democrático pleno e transformador da participação e a inclusão desses setores tradicionalmente excluídos em espaços de deliberação, onde todas as pessoas estejam suficientemente equipadas com o nível apropriado de funcionamento político e com as qualidades suficientes para reclamar os seus direitos, e com a capacidade de desenvolver propostas e de as levar a cabo.

A educação popular, os trabalhos de vários canais de alternativas feministas e a investigação-ação participativa (IAP) são alguns dos expoentes que podem servir de inspiração para aqueles processos que aspiram a seguir desenvolvendo-se numa participação democrática mais normativa, que questione radicalmente as instituições políticas instrumentalizadas existentes e que vise um novo modelo de relações mais simétrico entre os atores dos territórios. Este capítulo pretende investigar novas orientações metodológicas que tenham em conta estas desigualdades e complexidades do poder, para que os grupos humanos que o desejem possam articular alternativas a esse modelo dominante, o qual não coloca as vidas no centro.

■ **Democracia, participação e governança nos territórios**

Para compreender as relações de poder, a democracia e a participação que se exercem num território, não se deve limitar o saber ao mero funcionamento das instituições formais/estatais. Quando o objetivo principal é averiguar as forças e as debilidades das capacidades para participar na definição do futuro possível desejado por um determinado grupo humano, não é suficiente limitar-se ao escrutínio dos mecanismos formais de participação e à eficácia das normas e decisões que tomam certos cargos públicos.

Evidentemente, o grau de democracia formal ou autoritarismo estatal de cada sociedade local é uma dimensão a considerar, mas são necessárias algumas definições mais vastas da participação democrática e de governança, que partam da suposição de que todas as pessoas e todos os grupos humanos têm capacidade de entender o meio ambiente e o mundo que os rodeia, que têm capacidade para decidir como governar esses ambientes e mundos, como se governam a si mesmos e como se situam frente a eles por forma a transformá-los (Casassas, em Garcés, 2019).

De maneira breve, e antes de propôr algumas orientações metodológicas sobre o ensinamento dos processos de ação coletiva e resistência ao modelo hegemônico, e com a intenção de enriquecer os processos transformadores que podem surgir em distintos contextos territoriais/locais, sugerimos debater algumas reflexões críticas sobre a) a democracia relacional e os espaços públicos deliberativos, b) a diversidade e a inclusão de grupos excluídos nos processos de participação, c) as capacidades políticas coletivas, e d) um novo institucionalismo relacional capaz de articular outras visões do global, a partir do local.

A democracia relacional e os espaços públicos deliberativos

Para além dos debates sobre os elementos liberais, socialistas, procedimentais, representativos, deliberativos, populares, sociais e identitário-culturais da democracia, da participação e da governança, existem algumas considerações sobre a interação entre os processos de ação coletiva e a gestão pública que seria importante evidenciar.

Centrar-se, excessivamente, na desafeição política, as tendências autoritárias e a governança orientada nos interesses funcionais das elites, pode resultar de alguma maneira paralisante para o propósito da construção de um poder alternativo nos territórios. Essas «democracias de mínimos», que prescindem da população ao considerar que a mesma não deveria estar interessada nos assuntos públicos, representam um obstáculo que dificulta a valorização desses outros processos coletivos os quais questionam as decisões tomadas pelas elites políticas e económicas. A confiança nas elites demoliberais, que garantiram proteger os interesses de todas/os, está inhabilitando os setores populares e cidadãos na exploração de outros modelos de gestão do público, que tiveram como protagonista os setores comunitários mobilizados. É mais

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

necessário do que nunca transitar de *quasi-democracias de monitorio* para umas *democracias de apropriação*.

Os problemas e os desafios económicos, medio-ambientais e socio-culturais apenas se discutem, e as decisões são tomadas em nome do povo por uns governantes que, de um modo geral, estão ao serviço dos interesses das grandes corporações, e estão pouco preocupados pelo bem comum. Na envolvente imediata a qualquer ser humano, existe uma infinidade de iniciativas comunitárias, sociais e políticas, surgindo à margem ou a desfavor das lógicas dos poderes de Estado, que, se adquirem suficiente legitimidade, podem obrigar as instituições formais a reconsiderar as suas decisões ou propostas. Estas propostas desobedientes e/ou disruptivas enfrentam-se habitualmente ao dilema de se confrontarem com os poderes hegemónicos ou de encontrar em possíveis espaços de concertação.

Este projeto de «Territórios em conflito» que justifica este livro que tens nas mãos, apresenta bons exemplos de deliberação tutelada, confrontação e espaços públicos deliberativos. Um primeiro exemplo é o momento em que a concertação fracassa quando a deliberação é imposta pelo Estado em conivência com os grandes interesses económicos, baseada numa espécie de consenso racional, onde se anunciam benefícios para as comunidades. Nestes casos o que se esconde por detrás é a defesa dos interesses corporativos. As consultas populares de 2015 para a reinstalação de várias populações de Cabo Delgado⁴ são uma demonstração deste tipo de deliberações tuteladas.

O segundo exemplo trata de ilustrar como a confrontação comunitária com planos extrativistas tende a gerar alterações transformadoras em curto e médio prazo, no entanto, quando baixa a pressão social, corre-se o risco de se reativarem os projetos da grande capital. A precisão carnavalesca e o triunfo da consulta popular sobre o futuro da mina aurífera La Colosa em Cajamarca podem servir de exibição.⁵

Resulta ser mais complicado darem-se coincidências entre as decisões políticas dos poderes públicos e as reivindicações e decisões

4. Respectivamente às consultas populares de 2015 em quatro povoados da península de Afungi promovidas pelo Governo moçambicano e as empresas de extração de gás, pode-se consultar o seguinte vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=B5LJxtG8hE>>.

5. Respectivamente aos habitantes do município de Cajamarca (Tolima) que votaram numa consulta a rejeição do projecto de exploração mineira La Colosa consulte o seguinte vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=s1BaW2CxBgQ>>.

desenvolvidas pela sociedade (Ibarra, 2011; Tellería e Ahedo, 2015). Enquanto que os coletivos sociais solicitadores se enfrentam ao dilema da confrontação ou da concertação, as autoridades públicas atuam entre a indiferença e a invisibilidade das propostas críticas, a cooptação e a reinterpretção destas iniciativas comunitárias, e raramente se mostram colaborativas. A este respeito, a democracia relacional seria uma fórmula que trata de ir para além da pressão exercida por certos coletivos contra o poder, e fomentar a necessidade de transformar as relações de poder existentes. A questão é, como superar os marcos funcionais de deliberação marcados pelas instituições formais, para alterar o *statu quo* e criar novos espaços de deliberação mais democráticos, e, evidentemente, não a qualquer preço. Em conclusão, a proposta é explorar novas maneiras de entender a institucionalidade estatal, onde governantes e governados, para além das fases eleitorais e dos debates mediáticos e de mobilização social, devem ser capazes de articular espaços públicos deliberativos em pé de igualdade, onde se articulam as soluções aos problemas comuns do território e onde se articula o processo de definição coletiva do bem-estar.

A possibilidade de abrir estes espaços de relação mais simétricos tem mais oportunidade de frutificar após campanhas eleitorais, que propiciem governos formais e alianças partidistas mais favoráveis, e com a existência de espaços mediáticos suficientemente abertos e capazes de fomentar relações mais horizontais entre os diversos atores. Como estas circunstâncias apenas acontecem ocasionalmente, é importante dirigir a atenção aos espaços locais existentes de mobilização social e de democracia participativa. A interação entre agentes sociais e culturais que, realmente, contribui para o melhoramento das suas capacidades coletivas, e os espaços locais de governança, não necessariamente formais, que possam ir criando interações entre estes agentes e os governamentais, constituem esses espaços de democracia deliberativa que interessam e a partir dos quais se podem construir alternativas.

A mobilização social é o lugar onde se prioriza a estratégia de confrontação, e onde se reivindica às autoridades que renunciem a um tipo de propostas não benéficas para a comunidade. Se a mobilização conseguir suficiente legitimidade, pode obrigar as instituições públicas a colaborar com os coletivos mobilizados e a impedir o desenvolvimento dos seus planos. Os lugares abertos a processos de participação, impulsionados pelos agentes sociais e/ou comunitários, são o princípio para o êxito desta mobilização. Atores diversos de um território, que ante-

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

riormente não interagiam, conhecem-se nestes processos, identificam valores e preocupações comuns, e chegam a articular acordos e alianças com outros coletivos para elaborar propostas que põem em causa as decisões dos poderes públicos.

Para além das interações entre agricultores, movimento ambientalista e universidade, as quais conseguiram o encerramento temporal de La Colosa em Tolima, outro exemplo de um lugar público deliberativo seria a iniciativa Jangurie das cantinas escolares saudáveis de Urdaibai,⁶ onde a aliança entre associações de famílias, centros escolares, pequenos produtores e comerciantes do concelho e ativistas da agroecologia estão a conseguir que as autoridades públicas reconsiderem o modelo existente de refeitórios comunitários, que beneficia apenas as grandes superfícies e as grandes empresas de *catering* do País Basco.

A diversidade e a inclusão de grupos excluídos nos processos de participação

Se não houver capacidade de decidir sobre o futuro não há emancipação. Para poder participar na definição do futuro idealizado e viável desejado, é fundamental conhecer a atuação das instituições e do sistema vigente e compreender os processos de transformação e as novas formas de relação com os centros de poder. Para considerar as pessoas como sujeitos ativos do seu próprio destino, é necessário recuperar determinados valores e capacidades coletivas, é necessário ultrapassar as barreiras que as exclusões económicas, sociais e culturais impõem à participação. A igualdade política, no seu sentido liberal, mais do que uma garantia, representa um obstáculo para a participação de todas as pessoas.

Os espaços representativos democráticos formais e as garantias políticas e jurisdicionais das liberdades individuais, civis e políticas não asseguram que uma pessoa de uma comunidade tenha as mesmas oportunidades de participação que outra. Sem sistemas educativos fortes que potenciem a igualdade de oportunidades Sem uma valorização da dimensão deliberativa em todos os níveis de decisão, e sem a inclusão dos grupos mais desfavorecidos, não pode existir uma prática democrática. A democracia é mais do que um mero procedimento de representação e o respeito da Lei, consiste também na dignidade das pessoas, dentro do

6. Respectivamente à iniciativa das cantinas escolares de Urdaibai, Jangurie, veja <https://www.youtube.com/watch?time_continue=2&v=hmDfUFZOdYs>.

pluralismo e dos valores sobre os quais uma sociedade se organiza (Sen, 2009; Deneulin, 2009).⁷

Para que a participação nestes espaços públicos deliberativos seja transformadora, emancipadora e plenamente democrática, é necessária a atuação dos setores que normalmente ficam invisíveis e excluídos na tomada de decisões. Para o empoderamento coletivo e a construção de sujeitos políticos, não é suficiente questionar a instrumentalização dos espaços de participação política existentes pelas elites dominantes, também é necessário comparar com outros princípios de dominação mais quotidianos, como sendo as relacionadas com o género, o sexo, a raça, a étnia, a identidade cultural, a religião, a diferença geracional ou a classe social.

É preciso distinguir a exclusão geral que sofre hoje em dia a cidadania na tomada de decisões, da invisibilidade dos sujeitos e coletivos vítimas do sistema de dominação múltiplo que aspiram a participar nestes espaços locais comunitários e de governança. Os avisos feministas sobre as discriminações interseccionais, ou a necessidade de que as lutas sejam inclusivas e representativas das pessoas que sofrem opressões sobrepostas e/ou discriminações múltiplas,⁸ devem ser consideradas, isso sim, sem se converterem numa obsessão paralisante.

As múltiplas e sobrepostas formas de opressão e comportamentos discriminatórios, estão presentes nos diferentes contextos das orga-

-
7. Segundo estes autores, o ponto de partida é uma conceção mais normativa da democracia e da participação, que entenda que as pessoas não são sujeitos passivos das instituições de bem-estar social, mas são sujeitos ativos do seu próprio destino. Democracia e participação são mecanismos mediante os quais os seres humanos exercem a sua agência no espaço público. A participação e as liberdades políticas, para além de serem intrinsecamente importantes na existência humana, são instrumentalmente fundamentais para gerar iniciativas políticas e para garantir a responsabilidade dos governos e a sua revisão de contas, mas também são básicas para a formação de valores e para a compreensão das necessidades, direitos e obrigações. Nesta visão mais complexa da democracia o pensamento público representa um papel fundamental na conexão entre a democracia e a justiça, enquanto que a participação política, o diálogo e a interação pública são também elementos essenciais.
 8. Os debates feministas sobre esta questão são bastante enriquecedores. Algumas referências interessantes são: Young (2000, 2005), Fraser e Honneth (2006), Hill Collins (2017) e Martínez-Palacios (2017). Agradeço à professora Jone Martínez-Palacios e aos estudantes do Master de Cooperação e Educação Emancipadora de Hegoa (UPV/EHU) as aprendizagens partilhadas.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

nizações e dos processos de participação e deliberação. O medo, a vergonha, a falta de tempo e sobretudo a opressão que sofrem muitas pessoas por questões de género, sexo, raça, classe, cultura... dificultam a sua inclusão nalguns processos comunitários que, precisamente, visam objetivos de justiça social. Tanto escutar as pessoas excluídas e as que sofrem estas opressões como implementar estratégias para inverter esta situação convertem-se em questões prioritárias. A renúncia a parte dos critérios próprios e dos excessos de protagonismo por parte dos que ostentam uma posição dominante, bem como a resistência e dissidência dessas pessoas «que perderam quase tudo para que nada lhes fosse confiscado» são essenciais para «constituir equipe» neste desafio de projetar esse futuro idealizado. Este facto implica estabelecer alianças entre setores privilegiados e excluídos para identificar quais são os problemas comuns, definir prioridades e propôr as alternativas «de vida». Contudo, não se deve descurar a possibilidade de fracasso, e a necessidade de aprender do mesmo para não cair na paralisia.⁹

Na gestão desta diversidade de discriminações e exclusões nos espaços de democracia participativa, deve acrescentar-se a dificuldade de lutar contra o conhecimento dos poderes dominantes, apresentado como o único válido, afirmando a sua supremacia e pretendendo dissuadir qualquer tentativa de apropriação da capacidade de o definir e o representar em novas narrativas. São precisamente as resistências dos setores excluídos e das lutas sociais que inscrevem essas chaves e conhecimentos para entender esses outros mundos possíveis (Santos, 2019). Como demonstrado pelas nossas colegas Teresa Cunha, Isabel Casimiro, Yolanda Jubeto, Mertxe Larrañaga e Luísa de Pinho Valle em vários capítulos deste livro, o conhecimento e a interpretação feminista, a qual acusa a desigualdade que sofrem as mulheres nas diversas esferas (pública, comunitária, económico-laboral, habitat) e que reivindica o seu empoderamento individual e coletivo na tomada de decisões, é referente em toda a ofensiva por superar essas linhas abismais que gere o atual modelo capitalista-extrativista.

9. Estas ideias sobre a escuta das pessoas excluídas, a necessidade de aprender do fracasso e a necessidade de entender a política como um campo de ação foram extraídas dos debates entre artistas, académicos e ativistas da Aula aberta dirigida por Marina Garcés e coletadas na publicação *Humanidades en acción* (Garcés, 2019). Realmente, os capítulos intitulados «Generosidad», de Eduard Escoffet, «Negación», de Ingrid Guardiola, y «Valor», de Joana Masó aprofundam estas questões.

As capacidades políticas coletivas

Os seres humanos que querem desfrutar das suas vidas dispõem de uma agência, tanto individual como coletiva, para transformar os conflitos e as estruturas injustas que os rodeiam. Neste livro salientam-se muito as capacidades humanas. Viver uma longa vida, conseguir transações económicas e participar nas atividades políticas seriam as principais.¹⁰ Neste capítulo, interessa expôr estas últimas e, particularmente, sob o ponto de vista da sua dimensão coletiva.

No que se refere à aproximação das capacidades *políticas* coletivas que se propõem neste livro-projeto, Alfonso Dubois destaca as seguintes: a capacidade de análise e visão do futuro (resiliência); a capacidade de compromisso e atração (analisar criticamente as relações de poder, compromisso e incidência e uso dos meios de comunicação); a capacidade de relacionar-se e conseguir obter apoios; a capacidade de equilibrar coerência com diversidade; a capacidade de se adaptar e renovar (aprendizagem, autocrítica, análise dos conhecimentos locais para a gestão e tomada de decisões, incluindo as limitações da natureza); a capacidade de tomar decisões diante de problemas complexos; e a capacidade de realizar tarefas. Enquanto que María Oianguren, também num outro capítulo, menciona a capacidade de recordar (entendida como conhecimento contextualizado, conhecer o ser próprio e o ser que nos envolve, isto é, recordar o mundo e o nosso território com a razão e o coração); a capacidade de imaginar (imaginar no tempo e no espaço novas coisas que nos façam viver melhor); e a capacidade de recriar e reciclar (como princípio sociológico e ecológico, defender na prática política essas propostas e exigências normativas perante os poderes políticos públicos).

No princípio mencionou-se o retrocesso democrático, e como as instituições económicas e políticas do capitalismo demoliberal acen-

10. As principais capacidades políticas foram demonstradas por Martha Nussbaum (2002). Na sua lista de capacidades humanas centrais mencionavam-se: a capacidade de utilizar os sentidos, a imaginação, de pensar e raciocinar e de se poder realizar as coisas humanamente (capacidade de sentidos, imaginação e pensamento); a capacidade de reflexionar criticamente sobre as nossas vidas (capacidade da razão prática); a capacidade de viver com outros e comprometidos com os outros e criar instituições políticas comuns que nos protejam das discriminações de raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, étnia ou origem nacional (capacidade de afiliação); e a capacidade de participar eficazmente nas decisões que governam as nossas vidas (capacidade de controlo político sobre o meio ambiente).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

tuam as discriminações e as desigualdades que sofrem as pessoas, que estão cada vez mais alinhadas e desmotivadas de participar nessas decisões que as afetam, e que parecem renunciar a alterar essa realidade, onde as elites que governam estão ao serviço dos interesses de apenas algumas pessoas. Parece tudo tão complexo que é preferível viver cada um a sua própria vida, ser obedientes e não questionar o *statu quo*. Precisamente esse é o objetivo deste livro é projeto sobre os «Territórios em conflito», o qual quer recuperar essas capacidades de se analisar, conhecer, imaginar e recriar a si próprio, a partir da razão prática. Substituir a ameaça que supõe «o outro» pela solidariedade, e recuperar as relações democráticas em novos espaços e instituições públicas onde se possam partilhar visões, processos coletivos e qualidades de vida. Não se pode aceitar qualquer empoderamento, representação política ou sistema de tomada de decisão; mesmo que esse empoderamento e liderança coletiva, uma nova vontade política e a capacidade para ir ao encontro e para se analisar, conhecer, imaginar e recriar a si próprio, sejam elementos fundamentais para construir poder no território.

O empoderamento, como anteriormente comentado, tem que ser real, tanto a nível pessoal como coletivo. Só é possível conseguir uma maior participação nas estruturas de poder quando uma pessoa é consciente do seu papel na sociedade, quando confia em si mesma e nas decisões e ações que toma. Esse empoderamento tem que implicar transformações nas relações de poder desse indivíduo, tanto no seu habitat, na sua comunidade, como na política. E pode e deve alcançar as mudanças na sua envolvente, e deve conseguir intervir no processo da tomada de decisões político. Mas o empoderamento individual não é suficiente.

Para a mudança é preciso compreender de maneira diversa a *vontade política*, sem identificá-la com a vontade de umas elites, o que supõe entender que é importante para a cidadania um rígido quadro de regulamentos e regras. É necessário um esforço coletivo nos processos políticos, o qual requer uma liderança capaz de alcançar «boas mudanças», uma liderança coletiva baseada na formação de coligações de líderes, elites e organizações com diferentes interesses, a qual tem a capacidade de contestar e deslegitimizar as ideias que sustentam essa rigidez institucional, e de legitimizar propostas alternativas (DLP, 2018). Líderes motivados e motivadas, que compartilhem valores, interesses e visão para impulsionar a transformação, que articulam processos coletivos onde os indivíduos possam superar os obstáculos à cooperação, e criar parcerias para questionar as ideias dominantes e legitimizar as alternativas que se

apresentem. Em suma, uma liderança capaz de transformar estruturas através de uma forte agência coletiva (Fariñas, Peris e Boni, 2013), capaz de produzir alterações formais e informais que alterem as estruturas sociais e políticas, através de novas formas de participação e criando novas formas de institucionalidade.

Estas novas propostas para construir um poder político nos territórios explorados neste projeto não pretendem oferecer soluções concretas para cada um dos «territórios em conflito», mas apresentar as suas realidades, nas quais diferentes atores lutam por conseguir melhores alternativas de vida. Trata-se de identificar, construir e impulsionar esses espaços públicos comuns onde atores com capacidade de pensar e atuar se reúnem, se relacionam entre si para criar redes que buscam projetos comuns capazes de incorporar os esforços dos diversos coletivos, particularmente dos setores mais excluídos e/ou discriminados (mulheres, jovens, pessoas anciãs, migrantes, desempregados, minorias étnicas e culturais...). Para o efeito, como demonstra Dubois no seu capítulo, é fundamental gerar espaços que promovam o encontro das diferentes visões, reconhecer os interesses dos distintos grupos e entender as suas maneiras de pensar e atuar, compreender os problemas reais dos seus atores e da sua envolvente, e compreender que podem criar-se múltiplos centros de decisão, os quais podem apresentar contradições com diagnósticos e propósitos dos primeiros.

Um institucionalismo relacional capaz de articular outras visões do global a partir do local

Para compreender as articulações do poder político nos territórios, é necessário considerar as diferentes escalas de democracia e de governo. Acomodar ou rever qual é o contexto social, económico ou político de cada território nas tendências nacionais ou globais torna-se insuficiente. Se realmente concebemos o território como um espaço de vida, é necessária uma nova visão do global a partir do local. Tanto o aperfeiçoamento institucional como a mínima efetividade do Estado para o bom funcionamento dos mercados são conceções da governança, não servindo de referência para uma aproximação ao poder político dos territórios.

Também as abordagens de mobilização de recursos através da fiscalidade e da descentralização política e administrativa dos Estados não são suficientes para abordar a relação entre a governança e o poder político territorial. Infelizmente, nem a descentralização política nem os esforços estabelecidos por fortalecer as capacidades fiscais dos go-

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

vernos de países empobrecidos foram capazes de evitar a corrupção, o fidelismo e a elisão fiscal das grandes empresas transnacionais. O governo e a sua burocracia, o sistema judicial e a sociedade económica continuam a modelar as estratégias de desenvolvimento para promover o mercado e os seus interesses sem contar com a sociedade política. Consequentemente, as dimensões nas quais é preciso concentrar os esforços analíticos têm mais a ver com o interesse dos assuntos públicos e com o serviço das políticas públicas para a cidadania (Hyden e Court, 2002). Nos sistemas atuais, não há simetria nem horizontalidade entre o poder dos governos e as corporações económicas, e o poder das sociedades cívicas e políticas. Quer na escala nacional, quer na escala local.

Se quisermos alterar estas relações de poder nos territórios, há que visar a construção de sociedades sólidas, democráticas e participativas, capazes de articular autoridades legítimas, e de reorientar o modelo socio-económico de uma forma mais justa. Em suma, necessitamos de novas formas de interação entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, onde as comunidades e/ou sociedades locais recuperem poder frente à atual governança em duas bandas, onde as grandes empresas e as autoridades estatais controlam as decisões, valendo-se de uma maioria social que fica limitada a esse mesmo modelo, sem interesse nem capacidade de o questionar ou, aparentemente, beneficiada por alguns «privilégios».

A incerteza gerada pelo crescente avanço do neofascismo e/ou do autoritarismo «democrático» acentua a crise das estruturas normativas e organizativas dos estados demoliberais. Talvez esta circunstância pudesse ser uma oportunidade para convencer os setores sociais e políticos liberais de que as suas receitas políticas e económicas de desenvolvimento das últimas décadas estão a fracassar, e que são necessárias essas novas propostas que põem no centro a vida das pessoas e das comunidades, e não tanto os interesses da grande capital.

Nesta exploração de novos conceitos e lógicas para analisar as institucionalizações complexas que podem surgir das lutas e dos interesses conflituosos apresenta-se como oportunidade a articulação de territórios, autoridades e direitos em novas estruturas concretas que, ao longo do tempo, podem atingir diferentes e melhores níveis de desempenho (Sassen, 2006). Para construir estas novas visões globais a partir do local, será necessário renovar de forma criativa os conceitos e os quadros de análise para examinar os projetos de caráter normativo desenvolvidos pelas sociedades de certos territórios que lutam pelo bem-estar humano, individual e coletivo. No próximo bloco serão abordados os elementos-chave deste novo cenário.

Para além de novos métodos de aproximação às relações de poder do território, o outro grande desafio consiste em saber como articular instituições sociais e políticas sólidas nos contextos territoriais específicos onde existem setores organizados que procuram resistir com propostas alternativas aos poderes hegemónicos, as quais dificilmente podem transmitir a sua resiliência e conseguir atrair essas maiorias sociais cativas.

Para inverter esta situação e envolver o conjunto da sociedade na criação dos espaços onde se irão definir as visões de futuro, alertamos para três questões. Em primeiro lugar, é preciso encontrar as fórmulas nas quais a cidadania incremente o seu interesse pelos assuntos públicos e se anime a participar nos distintos níveis de decisão (não exclusivamente na eleição dos representantes de diferentes níveis governamentais, mas também nas manifestações e espaços públicos deliberativos). Em segundo lugar, é necessário incentivar a criação de espaços formais e informais para a deliberação e o consenso sobre os distintos temas, entre os distintos atores territoriais. E, em terceiro lugar, é igualmente necessário potenciar modelos de políticas públicas abertos a uma participação mais ativa, mais democrática e menos tutelada dos setores mais marginalizados e da cidadania em geral.

Resumindo, frente às conecções pouco politizadas da governança, é importante potenciar o funcionamento político dos setores mais marginalizados e dos conhecimentos locais democráticos, e ir construindo um modelo mais relacional, horizontal e simétrico onde a cidadania delibera com os restantes poderes públicos e os atores, para participar diretamente na tomada de decisões e na gestão das mesmas, sempre que o considere necessário.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS AOS QUADROS DE ANÁLISE DA ECONOMIA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DE PAZ

Não se pode elaborar propostas fechadas. Se o objetivo é analisar instituições sociais e políticas sólidas com capacidade de resolver os problemas das pessoas em territórios onde existe uma pluralidade de atores e de culturas que têm distintos valores, crenças e identidades, é impossível pretender a construção de quadros de análise que integrem toda a complexidade e, ainda menos, pretender que a sua aplicação possa ser universal. Após a caracterização breve e crítica das principais quadros territoriais de análise da economia política do desenvolvimento e a

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

construção da paz, será apresentada a matriz de responsabilidade institucional e os regimes de bem-estar de Gouh e Wood (2004), bem como o Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, 2018), como propostas a considerar na análise de processos de construção do poder político alternativo, para oferecer, finalmente, elementos que incitem a provar com outros quadros que, para além de analisarem os processos desses territórios, facilitem também a aprendizagem das diferentes experiências que neles se produzem.

■ **Aproximação crítica aos quadros territoriais de análise**

A maioria dos esforços em medir os resultados de desenvolvimento, democracia, governança e paz, estão na lógica dos interesses do mercado e/ou garantias de segurança das inversões estrangeiras, ou na lógica da monitorização e avaliação da Agenda 2030 e do financiamento do desenvolvimento e a cooperação internacional. Inversores estrangeiros e empresas transnacionais financiam medições e avaliações sobre a capacidade dos poderes públicos para o correto funcionamento da economia de mercado. É por esta razão que dão primazia aos indicadores nacionais e sectoriais, e não estão tão desenvolvidas as ferramentas subnacionais que quantificam os processos de desenvolvimento (Bandeira, 2011).

Ao nível subnacional/local, a maioria das empresas multilaterais, governos e ONG continuam comprometidas em limitar as suas avaliações aos resultados positivos ou negativos das suas intervenções, principalmente através do abordagem do quadro lógico (AQL). Embora seja verdade que, no novo milénio, o fracasso das intervenções em conseguir resultados de desenvolvimento tenha levado muitos atores a situarem a sua atenção na vontade política e nas atitudes das sociedades receptoras, prestando maior interesse nos efeitos de outros eventos externos e na intervenção de outros agentes sendo que, também estes, influem nas alterações socio-económicas, políticas e culturais desses territórios. Entre estas medidas da economia política e da construção local para a paz destacam-se aqueles promovidos por importantes organismos multilaterais, por agências bilaterais de cooperação e por algumas ONG e fundações privadas (veja anexo final).

Esta lógica dos análises de economia política e construção da paz representa alguns dilemas metodológicos relacionados com o conhecimento contextualizado e a representação. As relações entre os sujeitos políticos dos processos e os atores externos condicionam as intervenções

e os objetivos de desenvolvimento, enquanto que as leituras exógenas representam e, em certa medida, interpretam os interesses dos protagonistas, como se estes necessitassem da sua tutela. Estes estudos de ecónomia política do desenvolvimento e pela da paz procuram adaptar-se em parte às realidades locais, apesar de não serem capazes de esclarecer se as suas medições são para os donantes e seus projetos, ou para os sujeitos políticos dos processos de transformação.

Este tipo de abordagens e instrumentos analíticos a nível subestatal continuam a centrar-se nas capacidades técnicas, administrativas e gerenciais para cumprir com os objetivos das agendas internacionais de desenvolvimento e paz, não se esforçando o suficiente em aspectos de fortalecimento das capacidades coletivas e dos processos de decisão dos atores locais quanto ao futuro que desejam para si mesmos e para o seu território. Continuam a ser análises parciais e com contradições nos níveis retóricos e operativos que vitimizam as populações locais simultaneamente ao facto de outorgarem um papel de salvadores à comunidade internacional (Sanz, 2014). Noutros termos, estes quadros de análise continuam a centrar-se nos problemas do desenvolvimento e da paz partindo dos interesses e necessidades das iniciativas dos donantes, desconsiderando as dificuldades próprias que cada sociedade tem (Copestake e Williams, 2014; Alberdi e Dubois, 2015).

Se o principal elemento é avaliar processos que tratam de decidir sobre o futuro desejado, que sejam capazes de alterar estruturas, instituições e funcionamentos de poder, então é preciso reconsiderar radicalmente estes métodos de avaliação e medição, combinar técnicas qualitativas e quantitativas com diagnósticos narrativos, e incorporar referências normativas das abordagens relativas às capacidades coletivas, às epistemologias alternativas, à economia feminista e ecológica, às alternativas ao poder corporativo, ao institucionalismo radical... É necessário desenvolver novas ideias, conceitos e instrumentos de análise que permitam compreender as estruturas, as instituições e os funcionamentos do poder, e como este é utilizado na competência, no conflito e na deliberação de ideais, interesses, valores e preferências (Hudson e Leftwich, 2014).

O propósito deve ser elaborar quadros de análise a processos complexos capazes de acompanhar processos de transformação relacionados com o poder e as capacidades coletivas e do sistema, e que favoreçam a formação de sociedades coesas baseadas em objetivos comuns, os quais construirão o seu futuro de uma forma participativa. Esta nova construção dos poderes locais deve surgir do próprio

conhecimento dos sujeitos protagonistas do território e, a partir da sua própria experiência e autorreflexão, é possível construir quadros de aprendizagem que atenuem o impacto das lógicas capitalistas, racistas, hetero-patriarcais e académicas (Luxán e Aspiazu, 2018).

■ Não interessam os marcos analíticos fechados: breve referência à matriz de responsabilidade institucional e ao Programa de Liderança para o Desenvolvimento

Apesar do referido, em muitos desses marcos de análise aparecem contribuições e elementos interessantes presumíveis de incorporar-se nas análises relativas ao poder político dos territórios. Seguidamente, sem qualquer vontade de exaltá-los, apresentam-se alguns instrumentos de análise que servirão de inspiração ao trabalho da equipa de «Territórios em conflicto» referente à aprendizagem e ao seguimento desenvolvido ao longo destes anos em distintos processos.

A matriz de responsabilidade institucional e os regimes de bem-estar de Gouh e Wood (2004) fornecem algumas medidas importantes de alternativas relevantes para compreender as relações entre as instituições de maneira mais holística e mais adaptada aos diferentes contextos encontrados nos diferentes territórios. No caso de se querer entender as relações de poder num território, é importante definir as características que oferecem os organismos do estado, comerciantes, comunitárias e familiares em cada contexto concreto, e assim avaliar os diversos atores desse território e suas funções na promoção do bem-estar individual e coletivo.

Contrariamente às considerações neoinstitucionalistas clássicas, esta proposta de matriz de responsabilidade institucional baseia-se num conjunto de acordos institucionais políticos e práticos que afetam o bem-estar dos grupos humanos, destacando realidades onde se atingem importantes níveis de bem-estar (regime de bem-estar), outras onde a ação de atores não oficiais é determinante para o bem-estar da comunidade (regime de segurança informal) e outras onde nem o estado, nem o mercado, nem a comunidade, nem o habitat são capazes de garantir os mínimos (regime de insegurança). No caso de se pretender analisar as desigualdades de participação nas distintas esferas institucionais, é importante considerar questões como o acesso e/ou a capacidade de comprar bens e serviços, o acesso aos serviços que proporcionam os poderes públicos, e o acesso ao trabalho não remunerado organizado ao redor da divisão sexual do trabalho.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

Analisar o poder territorial no exemplos de Urdaibai, de Tolima e ou de Cabo Delgado requer considerar este tipo de propostas metodológicas que estreitam a dimensão institucional com a realidade do bem-estar económico e a capacidade dos atores em proporcionar bens comuns.

FIGURA 1. **MODELO DE REGIMES DE BEM-ESTAR: A MATRIZ DE RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL**



Fonte: Adaptado de Wood (2010).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

No artigo das capacidades políticas coletivas salientou-se a importância das lideranças coletivas nestes processos de transformação. O Programa de Liderança para o Desenvolvimento (DLP, 2018), apoiado pela Agência Australiana de Ajuda Internacional, e inspirado pelo enfoque Drivers of Change do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo britânico (DFID), baseia-se na investigação do papel que desenvolvem os líderes e as coligações locais nos processos de desenvolvimento, e em como se constrói a respetiva «vontade política». Perante as instituições e regras formais e informais que resistem à mudança, e que preferem manter o *statu quo* e não permitir que outros grupos sociais se empoderem, é fundamental haver uma vontade política resultante de um processo estratégico, político e coletivo capaz de desenvolver as transformações positivas. Para que este facto se verifique é preciso existirem: a) Indivíduos motivados com valores, interesses e oportunidades para influírem nas transformações; b) processos coletivos onde se pode cooperar de modo diferente; e c) coligações para reestruturar as sociedades, que contem com a influência, a legitimidade e o poder. A potência e a efetividade destas coligações dependerão da sua capacidade de participação e de legitimização dum conjunto de ideias alternativas.

Em muitos contextos territoriais é mais fácil gerar transformações através das instituições mais débeis e improvisadas, as quais têm mais liberdade para atuar com o intuito de finalizar, do que propôr através de estruturas existentes. Estas transformações institucionais apenas parecem resultar possíveis em situações de crise múltipla, de conflito e de pressões sociais. É igualmente muito importante o modo como se comunicam as alterações pretendidas, visto que parecem afetar questões consideradas não discutíveis pelo conjunto de sociedade, tais como, por exemplo, valores, normas, hierarquias ou crenças culturais. Em consequência, estas mudanças só são possíveis através de lideranças transformadoras que promovam coligações efetivas e desenvolvidas em espaços próprios, onde se explora a ação dos outros atores e se analisa se podem contribuir positivamente nos processos de transformação. A este respeito, os trabalhos de DLP são uma referência.

■ Para a construção de quadros de aprendizagem visando a ação coletiva

Não existe nem é nosso objetivo fornecer um quadro fechado de análise aos procesos coletivos locais capazes de transformar a

realidade. Esta é uma proposta aberta que quer contribuir para a compreensão do funcionamento das sociedades através da agência coletiva dos seus sujeitos protagonistas, que visa melhorar o seu bem-estar coletivo, que tenta ultrapassar uma narrativa desenvolvimentista, e construir uma nova, baseada na justiça, na convivência e no bem-estar coletivo.

Para se construírem estas novas narrativas nos territórios, como anteriormente exposto, é indispensável que cada sociedade local desenvolva tanto a sua capacidade de elaborar e empreender um projeto integrador e participativo, como a sua capacidade de gerar espaços para o encontro entre as diferentes visões observadas no território, onde se reconhecem os interesses dos distintos grupos. É imprescindível entender as maneiras de pensar e atuar existentes em cada lugar, compreender os problemas reais dos seus atores e do seu meio ambiente, e considerar as diferentes escalas temporais e espaciais, os múltiplos centros de decisão que podem ser relativamente autónomos, bem como entender em simultâneo os processos incoerentes e contraditórios. Trata-se de construir quadros de aprendizagem para a ação que ajudam a navegar nesta complexidade, e que contribuem na promoção de leituras partilhadas que visam uma ação coletiva (Dubois, 2014).

Nos processos coletivos de diagnóstico de desafios e problemas, e de identificação e construção de alternativas aos planos de desenvolvimento e aos megaprojetos capitalistas que esta equipa acompanha na província de Cabo Delgado e na Cidade de Maputo (Moçambique), nos departamentos de Tolima e Caquetá (Colômbia) e no concelho de Urdaibai (País Basco), exploram-se novas metodologias que permitem aprender dos sujeitos políticos que lutam contra as lógicas do capital, do heteropatriarcado e do racismo e a xenofobia. Metodologias que ajudam a perceber a complexidade, e a entender como se deve pensar e atuar nos diferentes níveis e escalas temporais e espaciais, e de contextos incoerentes e contraditórios.

Seguidamente, apresentam-se alguns elementos-chave a considerar nestos quadros de aprendizagem:

- É importante partir de uma conceção compartilhada do local/territorial. São territórios ou «espaços locais concretos» onde se estabelece uma complexa combinação de história, cultura, geografia, recursos, conhecimento e instituições. São espaços onde as sociedades promovem projetos comuns, considerando que não

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

estão isolados da envolvente, mas que, pelo contrário, devem estabelecer relações com os outros níveis superiores, e inclusive o território deve ser um lugar para pensar a construção de uma globalização diferente, mais equitativa e humana, enquanto que o local permite redescobrir o sentido do território e da comunidade.

- É preciso confiar nas capacidades humanas para estabelecer e melhorar, coletivamente, as condições de vida. Confiar nas pessoas e nas comunidades, e na sua condição de transmissoras, reprodutoras, cuidadoras de vida, dentro da ideia de que estão constantemente numa transição para recuperar a liberdade, e caminhando para uma emancipação que cuida a interdependência planetária, a partir da reciprocidade. Trata-se de não ficar preso à nostalgia dos melhores tempos, nem à mera hipercrítica do sistema injusto. É preciso partir de uma «igualdade das inteligências», isto é, da capacidade de qualquer um para desaprender, para se atrever a saber e a raciocinar publicamente, para aprender e compreender, para criticar e questionar o dominante, e para propôr alternativas (Garcés, 2019). Como destaca María Oianguren neste livro, trata-se de abandonar o nihilismo e de fazer face ao extrativismo simbólico, a partir de uma epistemologia da esperança, a qual potencia as vidas através das capacidades de recordar, de imaginar e de recriar em consciência social e ecológica.
- É necessário identificar as «estruturas de vida em comum» ou as preocupações compartilhadas para encontrar estímulos nos esforços partilhados. Os indivíduos e grupos de um lugar atuam entre instituições formais e informais, que promovem os bens sociais para melhorar as suas vidas. Quando estas estruturas de vida em comum se desviam do seu próprio objetivo, são necessárias a autorreflexão e a própria experiência para as reconduzir (Deneulin e Stewart, 2002).
- Outra tarefa fundamental é analisar os enquadramentos de inter-relações que existem em cada território para tratar de compreender as diferentes objetividades existentes. Os interesses dominantes apresentam uns objetivos de desenvolvimento económico capitalista/extrativista como sendo os únicos possíveis. No entanto, nos territórios, existem outras «objetividades posicionais» (Sen, 2009), outros posicionamentos de outros atores que estabelecem outros objetivos e propostas que, apesar de diferentes entre elas, podem partilhar valores e formas de ver as coisas. Conforme

cada território e cada contexto socio-institucional e cultural, as interrelações entre os atores do território são muito diferentes, pelo que é fundamental compreender a estrutura social, as instituições, as regras de jogo, o ambiente ecológico e as ideias e a cultura de cada lugar.

- As premissas das epistemologias do Sul e os seus instrumentos das sociologias das ausências e das emergências, a ecologia de saberes, a tradução intercultural e a artesanania da prática servem para superar essa linha abismal da lógica do poder, que distingue entre os/as que formam parte do sistema e dos/as que não o são. Em cada território é preciso identificar os atores e os conhecimentos que são silenciados e/ou suprimidos e as suas capacidades para pensar e atuar, é preciso entender a incerteza intercultural e as ações criativas e imaginativas como valores e aspectos positivos para fazer frente a esse mundo capitalista, colonial e heteropatriarcal (Santos, 2014; Cunha e Santos, 2015).
- As ideias feministas do coletivo e do empoderamento possibilitam leituras críticas às regras do jogo e às desigualdades das relações de poder nos distintos contextos. É necessário reunir a hermenéutica feminista e as vozes não representadas, para centrar a atenção nos movimentos e práticas feministas, que fazem face às desigualdades, e que conseguem que as mulheres sejam sujeitos políticos e agentes empreendedoras e criativas dos novos cenários democráticos e institucionais (Cunha, 2011; Larrañaga e Jubeto, 2014).
- Em circunstâncias, em contextos onde o controlo e a presença do Estado foi muito limitados, surgem conflitos não convencionais nos territórios, onde as inversões estrangeiras e as elites políticas locais interessadas pelos benefícios económicos a curto prazo articulam novas lógicas de poder baseadas no medo e no desespero dos habitantes. A instrumentalização política da violência e do conflito por parte de governos privados indiretos, e as práticas neocoloniais do poder corporativo, ajudam a compreender o que está a ocorrer nesses territórios (Mbembe, 2011). Perante este cenário paralizante, é importante salientar a convicção de que as alternativas ao poder corporativo são possíveis, como o demonstram a ocupação de terras, a recuperação de serviços privatizados, a luta contra a evasão fiscal e muitos outros exemplos que estão a servir para a transição encaminhada a modelos mais sustentáveis (Fernández, 2017).

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

- Neste capítulo quisemos destacar a importância da motivação e compromisso ativo dos grupos vulneráveis e das alianças criativas com as lideranças comunitárias que permitem identificar as mudanças mais vantajosas, e a construção de espaços públicos de deliberação (Alberdi, 2016).

Se se quiser aprender destes processos que se investigam e/ou que se monitorizam, é preciso compreender que a interação de militantes e de equipas de investigação com os atores protagonistas e os descobrimentos realizados são mais importantes que a própria intervenção feita a partir do exterior. É necessário encontrar a maneira em que cada lugar tenha uma integração mais estreita entre análise e ação, para produzir uma maior capacidade de abordar o conjunto de problemas e conflitos interrelacionados, e para poder identificar essas resistências e alternativas ao modelo dominante das que devemos aprender. Isto foi o que se procurou investigar na análise dos «territórios» de Urdaibai, Tolima e Cabo Delgado. Monitorizar processos, abrir ou reforçar espaços públicos deliberativos, utilizando as técnicas segundo o tipo de aproximação pretendido. Sondagens de problemas, recolha e interpretação de datos, análises críticas de discurso, análise de conteúdos, produções narrativas; em suma, metodologias críticas para construir um poder político alternativo e aprender dos territórios.

RECURSOS SOBRE PODER POLÍTICO E TERRITÓRIO

■ Bibliografia

- ALBERDI BIDAGUREN, Jokin (2016): *The Political Dimension of Local Human Development: Key Points for the Construction of Alternatives and Cohesive Societies*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/es/publications/386>>.
- e Alfonso DUBOIS (2015): «El proceso de definición colectiva del bienestar, como referencia clave de la dimensión política del desarrollo. Del desarrollismo al desarrollo humano», em M. ENGELKEN-JORGE, M. CORTINA ORIOL e N. BERGANTIÑOS (eds.): *Contextos y perspectivas de la democracia. Ensayos en honor a Pedro Ibarra Güell*, Pamplona, Pamiela/Universitas, 62-85.

TERRITÓRIOS EM CONFLITO

- ALGUACIL, Julio (2005): «Los desafíos del nuevo poder local: la participación como estrategia relacional en el gobierno local», *Polis. Revista Académica de la Universidad Bolivariana*, 12, 1-15. Disponível em <<http://www.dhl.hegoa.ehu.es/recursos/200>>.
- BANDEIRA, Pablo (2011): «El uso de herramientas de medición de calidad de las instituciones públicas en la cooperación internacional», *Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad (GCG)*, 5 (3), 134-151. Disponível em <<https://gcg.universia.net/article/view/416/uso-herramientas-medicion-la-calidad-las-instituciones-publicas-la-cooperacion-internacional->>.
- COLINO, César, e Eloísa del PINO (2008): «Democracia participativa en el nivel local. Debates y experiencias en Europa», *Revista Catalana de Dret Públic*, 37, 247-283.
- COPESTAKE, James, e Richard WILLIAMS (2014): «Political Economy Analysis, Aid Effectiveness and the Art of Development Management», *Development Policy Review*, 32 (1), 133-155.
- COURT, Julius, Goran HYDEN e Mease KEN (2002): *Assessing Governance: Methodological Challenges*, United Nations University, World Governance Survey (Discussion Paper, 2). Disponível em <<https://www.odi.org/publications/3137-measuring-governance-methodological-challenges>>.
- CUNHA, Teresa (org.) (2011): *Ensaaios pela democracia. Justiça, dignidade e bem-viver*, Porto, Afrontamento.
- e Boaventura de Sousa SANTOS (orgs.) (2015): *Epistemologias do Sul. Aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- DENEULIN, Séverine (2008): «Beyond Individual Freedom and Agency: Structures of Living Together in Sen's Capability Approach to Development», em S. ALKIRE, F. COMIM e M. QJZILBASH (eds.): *The Capability Approach: Concepts, Measures and Application*, Cambridge, Cambridge University.
- (2009): «Democracy and Political Participation», em Séverine DENEULIN e Lila SHAHANI (eds.): *An Introduction to the Human*

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

- Development and Capability Approach. Freedom and Agency*, Ottawa, IDCR, 185-206.
- (2014): *Wellbeing, Justice and Development Ethics*, Londres, Routledge.
- e Frances STEWART (2002): «Amartya Sen's Contribution to Development Thinking», *Studies in Comparative International Development*, 37 (2), 61-70.
- DLP (PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO) (2018): *Inside the Black Box of Political Will: 10 Years of Findings from Developmental Leadership Program*, Australian Aid, fevereiro 2018. Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/inside-the-black-box-of-political-will-10-years-of-findings-from-the-developmental-leadership-program>>.
- DUBOIS, Alfonso (2014): *Marco teórico y metodológico del Desarrollo Humano Local*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <http://publicaciones.hegoa.ehu.es/uploads/pdfs/260/Marco_teorico_DHL_%28CASTELLANO-EUSKERA%29.pdf?1488539825>.
- FARIÑAS, Sarai, Jordi PERIS e Alejandra BONI (2013): *El enfoque almanario como catalizador para el desarrollo de las capacidades colectivas y el fortalecimiento de la agencia fuerte. Estudio de caso en el contexto indígena de Sipacapa, Guatemala*. Comunicação apresentada no VI Congresso Universidade e Cooperação ao Desenvolvimento, Valencia, abril de 2013.
- FERNÁNDEZ ORTIZ DE ZÁRATE, Gonzalo (2017): *Alternativas al poder corporativo*, Barcelona, Icaria.
- FRASER, N., e A. HONNETH (2006): *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*, A Corunha, Morata.
- GARCÉS, Marina, e VV. AA. (2019): *Humanidades en acción. Un proyecto dirigido por Marina Garcés*, Barcelona, El Rayo Verde.
- GOUGH, Ian, e Geof WOOD (2004): *Welfare Regimes: Linking Social Policy to Social Development*, Centre for Development Studies/University of Bath. Disponível em <<http://people.bath.ac.uk/hssgdw/wood-gough.pdf>>.

- HA-JOON, Chang (2006): «La relación entre las instituciones y el desarrollo económico. Problemas teóricos claves», *Revista de Economía Internacional*, 8 (14), 125-136. Disponível em <<https://www.economiainstitucional.com/pdf/No14/hchang14.pdf>>.
- HILL COLLINS, P. (2017): «The Difference That Power Makes: Intersectionality and Participatory Democracy», *Revista de Investigaciones Feministas*, 8 (1), 19-39.
- HUDSON, David, e Adrian LEFTWICH (2014): From Political Economy to Political Analysis Developmental Leadership Program (DLP) (Research Paper, 25). Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/from-political-economy-to-political-analysis>>.
- HYDEN, Goran, e Julius COURT (2002): *Governance and Development*, Nova Iorque, United Nations University (World Governance Survey Discussion Paper, 1).
- IBARRA, Pedro (2011): *Democracia relacional*, Madrid, CEPC.
- LARRAÑAGA, Mertxe, e Yolanda JUBETO (2014): *El desarrollo humano local desde la equidad de género. Un proceso en construcción*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/publicaciones/312>>.
- LÓPEZ CASTELLANO, Fernando (2012): «Economía política del desarrollo, Análisis poscolonial y “malos samaritanos”», *Revista Problemas del Desarrollo*, 169 (43), abril-julho, 27-50. Disponível em <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/30748>>.
- LUXÁN, Marta, e Jokin ASPIAZU (2018): *Metodologías de Investigación Feminista*, UPV/EHU. Máster em Igualdade de Mulheres e Homens, Módulo III: Metodología para a implementação da igualdade. Disponível em <<https://www.ehu.eus/es/web/zuzenbide/gzkj-baliabide-materialak>>.
- MARTÍNEZ-PALACIOS, J. (2017): «Exclusión, profundización democrática e interseccionalidad», *Revista de Investigaciones Feministas*, 8 (1), 53-71.

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

- MBEMBE, Achile (2011): *Necropolítica*, Santa Cruz de Tenerife, Melusina.
- NUSSBAUM, Martha C. (2002): *Mujeres y el Desarrollo Humano. El enfoque de las capacidades*, Barcelona, Herder.
- PISARELLO, Gerardo (2014): *Procesos constituyentes. Caminos para la ruptura democrática*, Madrid, Trotta.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014): *Epistemologías del Sur (Perspectivas)*, Madrid, Akal.
- (2019): *El fin del imperio cognitivo. La afirmación de las epistemologías del Sur*, Madrid, Trotta.
- SANZ, Eneko (2014): *Un análisis narrativo de los planes estratégicos para la consolidación de la paz*. Tese doutoral, Universidade Autónoma de Barcelona (UAB).
- SASSEN, Saskia (2006): «Hacia una proliferación de ensamblajes especializados del territorio, autoridad y derechos», *Cuadernos del Cendes*, 23 (62), 95-112.
- SEN, Amartya (2009): *The Idea of Justice*, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press.
- TELLERÍA, Imanol, e Igor AHEDO (2015): «“Sí se puede”. Modelos de democracia y profundización de los espacios públicos deliberativos», em M. ENGELKEN-JORGE, M. CORTINA ORIOL e N. BERGANTIÑOS (eds.): *Contextos e perspectivas da democracia. Ensaios em honor a Pedro Ibarra Güell*, Pamplona, Pamiela/Universitas, 155-179.
- WHITE, Sarah C. (2001): «Despolitizando el desarrollo: los usos y abusos de la participación», em INTERMÓN OXFAM: *Desarrollo, Organizaciones No Gubernamentales y Sociedad Civil*, 158-172.
- WOOD, Geoffrey D. (2010): *Regímenes de bienestar: problemáticas y fortalezas en la búsqueda de la satisfacción vital de las personas*, Bilbao, Hegoa (UPV/EHU) (Cuadernos de Trabajo de Hegoa, 53). Disponível em <<https://www.ehu.eus/ojs/index.php/hegoa/article/view/10591>>.

YOUNG, I. M. (2000): *Inclusion and Democracy*, Oxford, Oxford University Press.

— (2005): «Structural Injustice and the Politics of Difference», em Emily GRABHAM et al.: *Intersectionality and Beyond*, Arts and Humanities Research Center for LG&S.

ZIZEK, Slavoj (2016): *La nueva lucha de clases. Los refugiados y el terror*, Barcelona, Anagrama.

■ Recursos web

ALBERDI BIDAGUREN, Jokin (2014): *Aspectos socio-políticos del Desarrollo Humano Local: Nuevas claves de análisis para la participación democrática y las interacciones público-privadas*. Bilbao, Hegoa (UPV/EHU). Disponível em <<http://publicaciones.hegoa.ehu.es/es/publications/313>>.

DLP (PROGRAMA DE LIDERANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO) (2018): *Inside the Black Box of Political Will: 10 Years of Findings from Developmental Leadership Program*, Australian Aid, fevereiro de 2018. Disponível em <<https://www.dlprog.org/publications/research-papers/inside-the-black-box-of-political-will-10-years-of-findings-from-the-developmental-leadership-program>>.

FORMACIÓN ON-LINE: Módulo 6. «Claves para la construcción de sociedades cohesionadas». Curso MOOC-Miriadax: «Desarrollo Humano Local: bases para una propuesta alternativa». Disponível em <<https://miriadax.net/web/desarrollo-humano-local-bases-para-una-propuesta-alternativa>>.

ANEXO

■ Marcos de economia política para o desenvolvimento e a construção local para a paz mais relevantes

Neste anexo reúnem-se as referências a alguns dos marcos de economia política para o desenvolvimento e a construção local para a

5. CONSTRUINDO PODER POLÍTICO. APRENDIZAGENS DOS TERRITÓRIOS...

paz mais relevantes. No texto foi criticada a maioria deles, pela sua parcialidade, pouca operatividade e por estar ao serviço das iniciativas promovidas pela comunidade internacional e não tanto ao dos interesses dos atores protagonistas dos territórios. Não obstante, neles também se podem encontrar elementos de interesse que podem contribuir para as aprendizagens da dimensão política dos processos de desenvolvimento nos territórios.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): «Análise prática e projeto de cenários prospetivos»

https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/OGC/UNDP_Institutional%20and%20Context%20Analysis.pdf

São análises de contexto e institucionais para assessorar aos programas-capitais e aos projetos das oficinas do PNUD. Esta metodologia centra-se nas transformações de relações de poder e nos sistemas de incentivos, nas relações clientelares e de fidelidade aos setores mais poderosos, no controle dos recursos, na variedade e contradição dos distintos interesses, e nas limitações existentes em cada sociedade em relação com à formalidade e informalidade das suas instituições.

Banco Mundial (BM): «Análises de pobreza e impacto social»

<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/brief/poverty-and-social-impact-analysis-psia>

É uma abordagem que avalia os impactos distributivos e sociais das reformas políticas no bem-estar de diferentes grupos da população, particularmente nos setores mais pobres e vulneráveis.

Ministério de Assuntos Exteriores dos Países Baixos: «Análises de governança estratégica e corrupção»

<https://europa.eu/capacity4dev/governance/document/framework-strategic-governance-and-corruption-analysis-sgaca-designing-strategic-responses->

Esta estratégia para a análise da governança e a corrupção (SGACA) contém uma guia prática para analisar estes elementos em cada país sócio. Contém diferentes ferramentas (Track Record e um Plano Estratégico Multianual) para a análise rápido dos aspetos formais e informais da governança em contextos particulares.

PNUD: «Uma abordagem integrada para construir sociedades inclusivas e manter a paz através da governança democrática e a prevenção de conflitos»

https://www.undp.org/content/dam/undp/library/Democratic%20Governance/UNDP-GOVERNANCE%20AND%20PEACEBUILDING_final.pdf

As avaliações das operações de paz e da Agenda 2030 levaram ao PNUD a elaborar planos estratégicos sobre a governabilidade democrática, prevenção de conflitos e intervenções para a consolidação para a paz. Esta abordagem centra-se na análise do Estado democrático de Direito, dos processos político-institucionais e da prevenção de conflitos. O seu objetivo é contribuir para a consolidação de contratos sociais que possam refletir as expectativas das pessoas e para o reforço das capacidades institucionais de atores estatais e não estatais.

Organização das Nações Unidas (ONU) e Banco Mundial: «Caminhos para a paz: abordagens inclusivas para prevenir conflitos violentos»

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28337>

As Nações Unidas e o Banco Mundial estão a realizar análises conjuntas para evitar conflitos nos processos de desenvolvimento coordenando melhor a diplomacia, a mediação, a segurança e outras ferramentas para evitar a violência. Valendo-se da experiência de algumas boas práticas, revêm as instituições e os elementos que podem contribuir para a paz. Além do Estado, o qual tem a responsabilidade primária, esta abordagem promove a implicação da sociedade civil, o setor privado e as organizações regionais e internacionais. Centra os seus esforços na participação de mulheres e jovens na tomada de decisões e nas políticas públicas que respondem às suas aspirações.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE): «Orientações para melhorar o apoio internacional aos processos de paz»

https://www.oecd-ilibrary.org/development/international-support-to-peace-processes_9789264179844-en

Reúne uma série de recomendações para melhorar a qualidade do apoio da Comunidade Internacional aos processos de paz. Propõe uma análise exaustiva das características dos conflitos violentos, dos fatores que influem no êxito e no fracasso dos processos de paz, e das fortalezas e debilidades da cooperação.

Diálogo internacional de consolidação da paz e construção do Estado (IDPS): «Novo acordo para o compromisso nos Estados fragilizados»

<https://www.pbsdialogue.org/en/new-deal/about-new-deal/>

No 4º Foro de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda de 2011 em Busan, foi assinado um Acordo entre Estados fragilizados no conflito e sociedades civis, e os governos do G-7 comprometeram-se a apoiar a construção do Estado e os processos de paz através da legitimação política, a justiça, a segurança os ingressos, os serviços e os fundamentos económicos.

Centro Africano para a Resolução Construtiva de Discussões (ACCORD): «Resumes de política e prática»

<https://www.accord.org.za/publications/ppb/>

A série «Policy & Brief» de ACCORD propõe recomendações sucintas, rigorosas e acessíveis a responsáveis políticos e profissionais para promover o diálogo como forma de resolver pacificamente os conflitos. Cada publicação está baseada em investigações de campo ou resultados de eventos temáticos apoiados por rigorosas investigações e metodologias.

Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo britânico (DFID): «Impulsores da transformação»

<https://www.odi.org/publications/5399-mapping-political-context-drivers-change>

Drivers of Change é uma abordagem desenvolvida por DFID para abordar a falta de vínculos entre os marcos políticos dos países e as operações de organismos de desenvolvimento. Centra-se na interação de fatores económicos, sociais e políticos que apoiam ou dificultam a erradicação da pobreza, fixando-se nas especificidades de cada caso particular, no seu contexto histórico-político e na vontade política.

DFID: «Abordagem de construção de sociedades e Estados pacíficos»

<https://www.gov.uk/government/publications/building-peaceful-states-and-societies-a-dfid-practice-paper>

É uma nova abordagem integrada, que situa a construção do Estado e a consolidação da paz no centro do trabalho das organizações governamentais de desenvolvimento. Analisa as causas e efeitos dos conflitos e a fragilidade, apoia acordos e processos políticos inclusivos,

assessora no desenvolvimento das funções estatais básicas, e trata de responder às expectativas públicas.

Agência Sueca de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (SIDA): «Análise de poder»

https://www.sida.se/contentassets/83f0232c5404440082c9762ba3107d55/power-analysis-a-practical-guide_3704.pdf

É uma guia que articula o conhecimento acadêmico sobre o poder com as boas práticas desta agência sueca sobre o terreno. Para conseguir os objetivos de erradicação da pobreza na Agenda 2030, propõe a combinação de análises entre a economia política e as assimetrias de poder. Elaborada também um mapeamento do poder informal, as suas regras e estruturas assim como, desde uma ótica de redistribuição do acesso ao bem-estar das populações protagonistas.